

**39º ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS
GT 13 – ELITES E ESPAÇOS DE PODER**

***MAINSTREAM* ECONÔMICO E PODER: UMA ANÁLISE DO PERFIL DOS
DIRETORES DO BANCO CENTRAL DO BRASIL NOS GOVERNOS DO PSDB
E DO PT**

**MARCO ANTONIO RIBAS CAVALIERI
RENATO MONSEFF PERISSINOTTO
ERIC GIL DANTAS**

CAXAMBU

2015

Resumo

Este artigo faz uma análise da trajetória profissional e dos *backgrounds* educacionais dos diretores do Banco Central do Brasil que serviram no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso (1995) até o término do primeiro mandato de Dilma Rousseff (2014). O trabalho apresenta duas novidades. Primeiro, a elaboração de um banco de dados inédito sobre os currículos dos 39 diretores que atuaram nos governos no período mencionado. Segundo, a utilização da literatura em metodologia da Economia para a caracterização dos *backgrounds* educacionais dos diretores com formação em Economia. Os resultados mais gerais apontam para uma diferenciação entre o tipo de diretor recrutado para as diretorias envolvidas com decisões de política econômica e para aquelas com questões organizacionais do Banco. Entretanto, não há diferença significativa entre o tipo escolhido pelos governos do PSDB e do PT.

Palavras-chave: Banco Central do Brasil, elites burocráticas, *mainstream* econômico, diretores do Banco Central do Brasil.

Abstract

This paper presents an analysis of the professional and educational backgrounds of the individuals who occupied posts in the Board of Directors of the Central Bank of Brazil in the period between the beginning of the first Fernando Henrique's term and the end of Dilma Rousseff's first term. The research advances two novelties. First, we constructed a database synthesizing the information from the curricula of the above mentioned individuals. Second, we use modern literature in the field of methodology of economics to categorize the educational backgrounds of those individuals with education in economics. Our general findings point to a differentiation between two types of members in the Board of Directors. The first type is the one generally recruited for the positions concerned with organizational issues within the Bank, and the second is usually the one that occupies posts related directly to the formulation of economic policies. However, we did not identify significant differences between the types of individuals chosen by the PSDB or PT governments.

Keywords: Brazilian Central Bank, bureaucratic elites, mainstream economics, Board of Directors of the Central Bank of Brazil

INTRODUÇÃO

Na literatura econômica a discussão sobre a atuação dos Bancos Centrais é vastíssima. Essa variedade compreende trabalhos teóricos, empíricos, aqueles que discutem instrumentos de política monetária e regulação, a atuação dos bancos centrais em crises e suas histórias institucionais. Dentro dessas categorias, essas importantes

instituições são debatidas a partir de diferentes perspectivas teórico-metodológicas em ciência econômica. Contudo, não é comum ser trazido à atenção dos economistas análises a partir do ponto de vista da Ciência Política ou da Sociologia Política, nas quais os bancos centrais são analisados como instituições importantes dos governos a partir de onde burocracias estáveis e elites políticas exercem poder de decisão que influenciam a sociedade.

Grosso modo, podemos dividir essa literatura em Ciência Política e Sociologia Política sobre Bancos Centrais em duas grandes áreas de interesse. De um lado, existem os estudos que discutem se essas instituições podem ou devem garantir mecanismos de *accountability* diante de governos ou da sociedade. Nesses casos, como observam Sola, Garman e Marques (2002, p.121), trata-se de saber a quem os banqueiros centrais devem prestar contas. Dessa questão deriva todo o debate sobre autonomia ou heteronomia dos Bancos Centrais em poliarquias institucionalizadas¹. Por outro lado, há estudos que consideram a sociografia característica dos dirigentes dessas instituições, observando suas respectivas formações acadêmicas e filiações a tendências de pensamento econômico, suas carreiras no governo, no mercado e/ou em agências internacionais antes de serem recrutados para a autoridade monetária (Farvaque et al. 2009; Lebaron 2010; Adolph 2013; Loureiro 1992; Novelli 1999; Olivieri 2007). Dessas pesquisas sobre o perfil dos indivíduos que integram as diretorias dos Bancos Centrais derivam os debates sobre laços ou redes de interesses econômicos e/ou sociais nos quais esses atores estão implicados. Este artigo pretende contribuir com novas informações e análises para essa segunda área de estudos. Suas conclusões, contudo, podem servir de subsídio para o debate sobre aquela questão central que empolga os pesquisadores da primeira área, além

¹ Tal como Sola, Garman & Marques (2002), Raposo (2011) e Albuquerque (2008).

de muitos economistas, pois não é desejável se discutir graus de autonomia/independência de uma instituição sem conhecer a quem se deve dar autonomia.

São dois os nossos objetivos. O primeiro é descrever e analisar o *background* educacional e o perfil de carreira dos dirigentes do Banco Central do Brasil (BCB) comparando as equipes que serviram nos governos FHC I (1995-1998), FHC II (1999-2002), Lula I (2003-2006), Lula II (2007-2010) e Dilma I (2011-2014). O segundo objetivo é verificar se existe algum padrão entre a natureza das diretorias do BCB – *diretorias mais ligadas à formulação de políticas econômicas; diretorias mais ligadas a questões de gestão administrativa* – e o perfil dos seus membros. Para separar os perfis em relação aos *backgrounds* educacionais, recorreremos a trabalhos da área da metodologia da economia que estudam categorias como ‘*mainstream*’, ‘ortodoxia’, ‘heterodoxia’ e ‘neoclassicismo’.

Pretendemos testar a hipótese segundo a qual o perfil dos membros dessas diretorias varia significativamente de acordo com a responsabilidade funcional das mesmas, isto é, se são responsáveis pela formulação de política econômica ou por questões internas, principalmente de caráter organizacional do Banco. Para ser mais específico, a nossa hipótese sugere que no caso das diretorias responsáveis pela política econômica, seus diretores *tendem* a ser recrutados fora dos quadros burocráticos do BCB, principalmente no sistema financeiro, além de serem formados predominantemente em escolas do *mainstream* econômico. Ao contrário, para as diretorias responsáveis por assuntos internos, os seus membros tendem a ser recrutados entre os quadros concursados do próprio BCB (Olivieri 2007).

O artigo está dividido em quatro partes. A primeira apresenta e discute a literatura sociológica disponível sobre dirigentes de bancos centrais, incluindo os dados de pesquisas anteriores sobre o assunto. Logo depois, apresentamos nossos dados sobre as trajetórias profissionais dos diretores do BCB. Na terceira parte, também com base em nossos dados, o foco da análise recai sobre o *background* educacional. Essa seção, porém, inicia-se com uma discussão da literatura do campo da metodologia da Economia para apoiar a classificação das instituições de ensino de Economia cursadas pelos diretores (no Brasil e no exterior). Utilizamos, também, dados de *rankings* e outros estudos empíricos sobre departamentos de economia e a produção científica de economistas para suportar nossas conclusões. Em seguida, na seção que conclui o artigo, apresentamos os achados da nossa pesquisa e debatemos o seu significado. Analisamos aqui, calcados em base de dados de elaboração própria e inédita², os atributos de 39 diretores do BCB nesses cinco governos, dos quais 21 serviram nos governos do PT, em doze anos de comando sobre a instituição, e 18 nos governos do PSDB, em oito anos³.

1. DIRIGENTES DOS BANCOS CENTRAIS: UMA DISCUSSÃO BIBLIOGRÁFICA

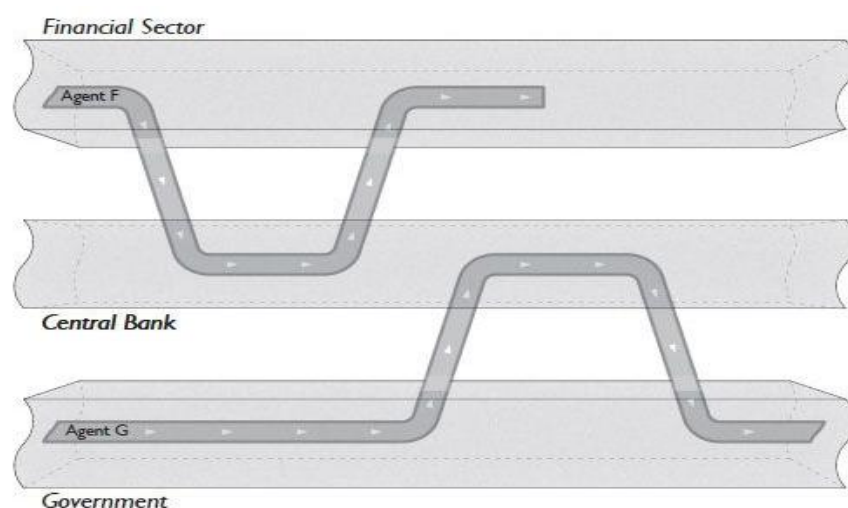
Em *Bankers, Bureaucrates, and Central Bank Politics*, Adolph (2013), ao analisar o processo de recrutamento de *policymakers* de bancos centrais ao redor do mundo, trata

² A pesquisa foi feita através dos currículos arquivados nos Diários Oficiais disponíveis no site do Senado Federal do Brasil, pois, segundo a Constituição Federal de 1988, o Senado deve aprovar a nomeação do presidente e dos diretores do BCB. Apenas alguns poucos casos exigiram outras fontes, tais como plataforma Lattes, documentos de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Câmara dos Deputados e os relatórios anuais sobre doutoramentos nos Estados Unidos elaborados pela *American Economic Association*.

³ Nesse intervalo de tempo (1995-2014), muitos desses gestores são nomeados para mais de uma diretoria. Consideramos aqui a primeira nomeação. Nesse sentido, os cinco diretores que foram indicados para o BCB durante o governo Itamar Franco (ministros da Fazenda: Fernando Henrique Cardoso e Eliseu Resende), e continuaram no primeiro governo Cardoso, foram computados para esse último. Há o caso de quatro diretores que são nomeados no segundo governo Cardoso e permanecem poucos meses em alguma diretoria do Banco Central no governo Lula I. Apenas um dirigente, nomeado em 1997, ficou até 2006 (governo do PSDB e do PT, respectivamente).

da influência que a carreira anterior e posterior ao ingresso nessas instituições tem sobre a formação das preferências individuais e, conseqüentemente, sobre a formulação da política monetária. Há, segundo o autor, duas fontes de recrutamento desses dirigentes, o “setor financeiro” e o “governo”, e os bancos centrais normalmente são estágios de passagem entre uma temporada e outra num daqueles dois setores.

Figura 1: Trajetórias de carreiras de dirigentes de bancos centrais e contextos institucionais



Fonte:(Adolph 2013)

O fluxograma acima (figura 1) pretende denunciar o “mito da imparcialidade da burocracia”. Para o autor, “career path tell us where agents have been, and where they are likely to go” (Adolph 2013).

A origem das carreiras dos dirigentes estatais importa para se conhecer o funcionamento de instituições de governo. Mais ainda, carreiras entre o “Estado” (burocracia pública) e o “mercado” (setor financeiro) são decisivas para se entender o papel crescente, a natureza das decisões e o grau de autonomia/heteronomia dos bancos centrais. A circulação constante dos dirigentes entre o Estado e o mercado explicaria, em

parte, o comportamento dos bancos centrais em relação à política monetária. Assim, segundo Adolph,

Understanding central bankers' monetary policy preferences begins with central bankers' career paths and career concerns. A central banker's career background may influence his personal beliefs about the ideal tradeoff between inflation and output stability, while at the same time providing the basis for an exchange: future careers for the central banker policy influence for the shadow principal providing the central banker's next job (Adolph, 2013).

Para Adolph (2013), os planos futuros dos dirigentes de bancos centrais, isto é, o desejo de avançar em suas respectivas carreiras, obter sucesso e reconhecimento profissional, podem influenciar suas preferências de política e suas tomadas de decisão de forma indireta. A perspectiva de ascensão, seja dentro da organização, seja para outra organização, cria um incentivo para agradar não só seus superiores diretos, mas qualquer um que possa ajudar em seu êxito.

Formação educacional e *background* ocupacional, ao lado do carreirismo, também podem funcionar como fatores de influência sobre as políticas adotadas pelos dirigentes de bancos centrais, como Göhlmann e Vaubel (2007) revelaram. Os autores estudaram a origem profissional e a formação de membros de conselhos de bancos centrais (o que seria equivalente às diretorias do Banco Central do Brasil) para dez países europeus, Estados Unidos e o próprio Banco Central Europeu. De acordo com eles, aquelas duas variáveis poderiam explicar consideravelmente a *performance* dos bancos centrais diante da inflação:

Education and occupational career affect the inflation performance of central bankers because they convey knowledge about the causes and effects of inflation. In addition, professional experience may generate personal loyalties to special interest groups: a

profession or industry, a party, a bureaucracy, an income group etc.(Göhlmann & Vaubel 2007, p.926).

O estudo de Farvaque, Hammadou e Stanek (2009), feito com 175 presidentes de nove bancos de 1999 a 2008, mostrou de forma convincente que o tipo de experiência profissional dos integrantes dos comitês de política monetária dos principais países da OCDE (setor privado, academia, burocracia do próprio Banco Central), e mesmo o sexo do dirigente, também impacta sobre as decisões relativas à inflação. Os autores descobriram que há diferentes predomínios de tipos de conselheiros destes comitês. O conselho do Banco Central Europeu é dominado por “economistas públicos”, enquanto na Austrália o predomínio é de “economistas do setor privado” e, no do Banco do Canadá, de “banqueiros centrais” (com origem interna ao banco).

Já Lebaron (2010) acrescentou o impacto que experiências biográficas distintas têm sobre escolhas políticas, disposições cognitivas e diferenças culturais. Segundo o autor, *“the behaviours of central banks are at least partially explained by the features of their committee members, the kind of social assets they have accumulated and the dispositions that come with these assets”* (Lebaron 2010, p. 298). Esse autor aponta para uma presença maior de recrutamento interno aos bancos centrais, sugerindo que isso possa ter acontecido por, desde a década de 1980, ter havido uma valorização da “independência” destes bancos.

1.1. Estudos anteriores para o caso do Brasil

No caso do Brasil, Loureiro (1997), Novelli (1999) e Olivieri (2007) analisaram o perfil e a origem dos diretores do BCB, cada um com um marco temporal diferente, além

de outras questões como os tipos de recrutamento predominantes, as formações acadêmicas e as redes sociais construídas nos seus respectivos processo de recrutamento.

Loureiro (1997) reconstruiu a origem tanto de diretores como de presidentes do BCB desde sua criação até 1995. Tomando apenas o caso dos diretores, Loureiro demonstra que entre 1965, o primeiro ano de funcionamento do BCB, e 1995, dos 50 diretores que passaram pelo Banco, 28% eram acadêmicos, 26% tinham origem na iniciativa privada, enquanto 46% eram recrutados de dentro da instituição, isto é, de sua própria burocracia. Destes, 64% possuíam pós-graduação, sendo quase a metade (43,7%) nos EUA.

Contudo, essa forma muito agregada de apresentar essas informações esconde a mudança que há no perfil dos diretores recrutados nos diferentes governos desde a ditadura militar. Nesse sentido, Novelli (1999, p. 118) observa que:

dos 73 diretores que passaram pelo BCB desde o governo Figueiredo, nota-se que 30 deles (41%) – independentemente de onde tenham iniciado sua carreira – apresentaram algum vínculo com o sistema financeiro privado. Os diretores que tinham este vínculo representavam, no governo Figueiredo, 3 (25% do total); na ‘equipe’ escolhida pelo presidente eleito Tancredo Neves, 5 (62%); no Governo Sarney, 9 (43%); no Governo Collor, 5 (50%); no Governo Itamar Franco, 5 (38%); e no Governo Fernando Henrique, 3 (33%).

O governo Figueiredo (1979-1985) marcou uma mudança decisiva nos quadros do BCB, que deixaram de ser ocupados por funcionários do Banco do Brasil cedidos à Superintendência da Moeda e do Crédito (SUMOC). A partir daí, houve um crescimento importante do que Loureiro (1997) chamou de “iniciativa privada” e Novelli (1999) destacou como oriundos do sistema financeiro privado.

Olivieri (2007) deu um passo adiante ao sugerir uma explicação para a lógica do processo de nomeação burocrática do Banco Central do Brasil e para a seleção de diretores. Seu estudo reconstruiu o perfil de 13 presidentes e 55 diretores do BCB de 1985 a 2000, dividindo as diretorias em duas categorias: (i) diretorias de políticas monetária e cambial⁴; e (ii) diretorias de fiscalização, normatização e administração⁵. As primeiras seriam responsáveis pela elaboração de políticas econômicas e, por isso, estariam ligadas à própria Presidência da República (que se interessaria diretamente pela indicação dos seus comandantes). Já as segundas estariam envolvidas com atividades de fiscalização e normatização bancária e com assuntos internos e organizacionais do Banco Central.

Conforme Olivieri (2007, p.154), os *policymakers* do primeiro tipo de diretoria vieram, em sua maioria, de fora do Banco Central, tanto do sistema financeiro, quanto de instituições de ensino, compondo 78% do total (25 de 32 indivíduos). Já no caso dos diretores de Fiscalização, de Normas e de Administração, a maioria foi recrutada dentro da própria burocracia, em 75% dos casos (18 de 24). No total, entre 1985 a 2000, 56% dos diretores foram recrutados de fora do BCB, enquanto os outros 46% eram burocratas concursados, mas com essa diferença decisiva entre fonte de origem e tipo de diretoria. Olivieri (2007) analisou também as redes sociais responsáveis por selecionar os diretores do BCB, destacando alguns ex-presidentes da República, ex-presidentes do próprio BCB e ex-ministros da Fazenda como detentores do maior poder de indicação. Podemos concluir, portanto, que o BCB deve ter critérios diferentes para o preenchimento das suas

⁴ Inclui as diretorias Bancária (Diban), de Mercado de Capitais (Dimec), da Área Externa (Direx), de Política Monetária (Dipom) e de Política Econômica (Dipece).

⁵ Inclui as diretorias de Fiscalização (Difis), de Administração (Dirad) e de Normas (Dinor).

diferentes diretorias, informação que se perde quando tratamos o corpo de diretores da instituição de maneira agregada (Loureiro 1997; Novelli 1999).

No entanto, a análise da trajetória profissional (as *fontes de recrutamento*) não esgota o estudo do processo de investidura dos diretores de bancos centrais. Uma visão mais complexa desse processo exige levar em consideração também o papel que a *formação universitária* e as *ideias econômicas* podem vir a desempenhar na formação dos dirigentes, nas *expertises* que desenvolvem e na visão sobre a economia que põem em prática no seu trabalho burocrático. Quanto a esse ponto, Loureiro (1997), por exemplo, classifica duas escolas frequentes na formação dos dirigentes do BCB como privatistas e próximas aos interesses dos bancos privados, a Fundação Getúlio Vargas (isto é, a Escola de Pós-graduação em Economia, EPGE, do Rio de Janeiro) e a PUC-Rio (mais especificamente, seu Departamento de Economia).

Em termos de diferenciação das estratégias profissionais, o polo constituído pela EPGE e pela PUC-Rio pode ser denominado ‘privatista’, não só pelo fato de os dois centros serem estabelecimentos de ensino privado, mas sobretudo por valorizarem teoricamente o papel do mercado no sistema econômico. Além disso, também por estabelecerem laços estreitos com empresas privadas, particularmente com bancos, onde são consultores (Loureiro 1997, pp.76–77).

Essa lembrança, em que pese seu esquematismo, é importante para verificarmos se essas duas instituições ainda centralizam o recrutamento para a direção do BCB. Na seção seguinte, trataremos dos perfis de recrutamento dos diretores do BCB nomeados nos governos do PT e do PSDB, analisando o setor de origem (setor público, setor privado e academia) e a natureza da diretoria que cada perfil de dirigente tende a ocupar.

2. OS DIRETORES DO BCB NOS GOVERNOS FHC, LULA E DILMA: TRAJETÓRIAS PROFISSIONAIS

A tabela a seguir apresenta o número de diretores do Banco Central do Brasil que foram nomeados desde os anos 1990 e que serviram nos governos FHC I e II, Lula I e II e Dilma I. Foram considerados todos os 39 indivíduos que passaram ao menos uma vez pelas diretorias do BCB. Desses 39, 21 foram indicados pelo PT em 12 anos de governo, e 18 pelo PSDB, incluídos aqui aqueles que foram nomeados no governo Itamar e que seguiram no governo Cardoso.

Tabela 1. Número de diretores nomeados para o Banco Central do Brasil conforme o partido dominante no governo

	governo						Total	
	Itamar*		FHC I	FHC II	Lula I	Lula II		Dilma I
Ministro da Fazenda	Eliseu Resende	F. H. Cardoso	Pedro Malan	Antonio Palocci	Guido Mantega			
PSDB	2	3	4	9			18	
PT				8	2	8	3	21

* para efeito dos cálculos aqui os diretores nomeados por Itamar, mas que serviram no governo Cardoso, foram considerados como deste último.

Fonte: os autores

O primeiro governo Lula nomeou mais diretores (dez) em toda a série considerada, um a mais que o segundo governo Cardoso. No caso de Lula I, isso se deve à troca de partido na Presidência da República e, conseqüentemente, à troca de comando na presidência do BCB, além da passagem de dois ministros da Fazenda (Antonio Palocci e Guido Mantega) com perfis distintos, mudando sensivelmente a política do governo. O governo Dilma I foi o que menos nomeou, apenas 3 diretores. Isso em função da continuidade do mesmo Ministro da Fazenda do governo Lula II e de sua política.

Tomando esse grupo de 39 indivíduos como um todo, pode-se dizer que o perfil dominante ou o “diretor-tipo” possui as seguintes características: a quase totalidade deles é homem (37 de 39) e entram na diretoria do Banco entre os 40 e os 50 anos de idade. A idade mínima registrada foi de 35 anos e a máxima de 60. Das duas mulheres, uma foi nomeada nos governos do PT, outra no do PSDB.

De acordo com os nossos dados, os dirigentes do BCB podem vir do quadro próprio da instituição, de outros órgãos da administração pública, de agências internacionais, da universidade ou do mercado financeiro. Durante o período aqui analisado, 77% dos diretores passaram por algum órgão internacional antes de chegar ao BCB. Não é incomum um indivíduo ocupar mais de uma diretoria em sequência ou sair e depois voltar aos quadros de direção do BCB. Antes de tornar-se presidente do Banco Central na gestão de Dilma Rousseff, Alexandre Tombini, por exemplo, passou sucessivamente por três diretorias. Alkimar Moura foi outro pesquisado que serviu, entre 1994 e 1997, em duas diferentes diretorias.

A Tabela 2 cruza o partido no governo no momento da nomeação com a trajetória profissional de origem e apresenta os resíduos padronizados para esse cruzamento. Como as biografias dos diretores são muito extensas e variadas, tendo passado por várias instituições, condensamos suas experiências em três categorias, a saber, “governo”, “mercado” e “academia”, e consideramos apenas a origem profissional imediatamente anterior ao recrutamento para o BCB. Para a categoria "governo", a imensa maioria vem do próprio BCB, mas também de órgãos internacionais, tal como o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) da ONU, Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Já em "mercado", a quase totalidade é de empresas ligadas ao sistema

financeiro, desde bancos até consultorias financeiras. Por fim, a categoria "academia" é formada por instituições universitárias, predominantemente a PUC-RJ.

Tabela 2. Origem profissional do diretor nomeado para o Banco Central do Brasil por partido dominante na coalizão de governo

	trajetória anterior			Total
	academia	governo	mercado	
PSDB	n 5	8	5	18
	% 27,8%	44,4%	27,8%	100,0%
PT	n 2	12	7	21
	% 9,5%	57,1%	33,3%	100,0%
Total	n 7	20	12	39
	% 17,9%	51,3%	30,8%	100,0%

V de Cramer Valor = 0,238

Sig. Aprox. 0,333

Fonte: os autores

Governos do PT recrutam a maioria dos diretores nos quadros do próprio Banco Central do Brasil (57%), seguidos pelos que são oriundos do mercado financeiro (33%) e muito pouco na universidade. Governos do PSDB também vão buscar a maioria dos diretores do BCB entre os dirigentes da instituição (44,4%), mas conduzem a essas posições muito mais acadêmicos do que o PT (28% contra apenas 9,5%). O PSDB escolheu um percentual menor de indivíduos oriundos do sistema financeiro do que o PT (28% contra 33,3%). De toda forma, como não há concentração importante de casos nas categorias profissionais, os resíduos padronizados entre os limites críticos revelam algo contra intuitivo, a saber, que os governos do PT e do PSDB não se diferenciam significativamente quanto ao perfil dos indivíduos recrutados para as diretorias do BCB. Essa falta de associação entre *partido dominante na coalizão de governo* e *origem profissional principal dos diretores* sugere, talvez, que o BCB já se encontra num estágio importante de institucionalização e, por conseguinte, de autonomia relativa diante das injunções políticas do Poder Executivo.

Há diferenças significativas de perfil profissional, porém, quando analisamos os membros do BCB diferenciados não por partido de governo, mas por tipo de diretoria.

Como mostram os dados da tabela 3, nas diretorias de formulação de política econômica predominam indivíduos vindos do setor privado (50%), em detrimento dos burocratas (20%) ou acadêmicos (30%). O contrário é válido para as diretorias não encarregadas da política econômica, em que a presença de burocratas do próprio BCB é amplamente dominante (84%).

Tabela 3. Origem do diretor nomeado para o Banco Central do Brasil por tipo de diretoria ocupada

		trajetória anterior			Total	
		academia	governo	mercado		
diretoria de política econômica	não	n	1	16	2	19
	%	5,3%	84,2%	10,5%	100,0%	
	sim	n	6	4	10	20
	%	30,0%	20,0%	50,0%	100,0%	
Total	n	7	20	12	39	
	%	17,9%	51,3%	30,8%	100,0%	

V de Cramer valor = 0,642 e sig. Aprox. = 0,000

Obs.: diretorias de política econômica: Dipec, Dipon e Direc

Fonte: os autores

Essa associação é forte e estatisticamente significativa. Contudo, é ainda muito genérica, apesar de indicar uma tendência importante.

3. BACKGROUNDS EDUCACIONAIS

Cabe agora saber se há alguma relação entre formações em escolas de orientação *mainstream* em Economia e a indicação para dirigir uma diretoria do BCB. Como já vimos na análise da literatura sobre bancos centrais, vários estudos apontam para a

importância do *background* educacional como variável que afeta o comportamento dos dirigentes dos bancos centrais, ainda que seja temerário derivar escolhas políticas e eleições de prioridades automaticamente da formação acadêmica dos decisores (Farvaque et al. 2009; Göhlmann & Vaubel 2007). Aqui, nosso objetivo se resume a investigar as formações dos indivíduos e os tipos de diretorias preferencialmente controladas por eles, e não analisar possíveis relações entre a formação intelectual e decisões de política econômica.

Antes, porém, de apresentarmos os dados referentes a esse ponto, é necessário discutir os conceitos de *mainstream*, ortodoxia, heterodoxia e mesmo de economia neoclássica. Justamente uma novidade desse estudo é apoiar-se em uma literatura do campo da metodologia da economia para categorizar o *background* educacional dos economistas que atuaram nas diretorias do BCB nos governos do PT e do PSDB.

3.1. Sobre os conceitos de mainstream, ortodoxia, heterodoxia e economia neoclássica

Há uma discussão relativamente importante nas áreas de metodologia da Economia e de história do pensamento econômico sobre o significado dos termos ‘*mainstream*’, ‘ortodoxia’ e ‘heterodoxia’. Dentre as várias contribuições dessa literatura, consideramos Colander, Holt e Rosser Jr. (2004), Dequech (2007), além da pesquisa recente de Dequech (2014) para o Brasil como textos esclarecedores a partir dos quais pretendemos discutir tais categorias e, considerando as particularidades do nosso trabalho, utilizar definições que sejam úteis para a análise proposta. Sendo assim, cabe anotar que tanto Colander, Holt e Rosser Jr. (2004) como Dequech (2007) partem de uma diferenciação de suma importância que é distinção entre ortodoxia e *mainstream*.

Para Colander, Holt e Rosser Jr. (2004, p.490) *mainstream* deve ser definido como o conjunto de ideias que a “elite da profissão” entende como aceitáveis, considerando a “elite da profissão” o grupo formado pelos economistas líderes das escolas de pós-graduação mais importantes no mundo (“*leading economists in the top graduate schools*”). Como as escolas de pós-graduação são, para o contexto acadêmico, uma espécie de centro irradiador de onde o conhecimento que domina a academia é espreado e reproduzido, essa elite também domina instituições importantíssimas como periódicos e associações acadêmicas. Assim, embora o *mainstream* seja um conjunto de ideias, ele é um conjunto de ideias aceitas em determinado círculo de cientistas; portanto, uma definição social (Colander, Holt e Rosser Jr., 2004, p.490). Adicionalmente, é importante para esses autores a noção de fronteira da Economia (*edge of economics*), isto é, o conjunto de trabalhos que sinalizam, num dado momento, os rumos da ciência econômica, os desenvolvimentos mais avançados, via de regra levados a cabo por membros da elite citada acima.

Consideramos que Dequech (2007) amplia essa definição, tornando-a mais interessante, pois menos centrada no conceito de “elite da profissão”. *In verbis*, afirma Dequech (2007, p. 281): “*mainstream economics is that which is taught in the most prestigious universities and colleges, gets published in the most prestigious journals, receives funds from the most important research foundations, and wins the most prestigious awards.*” Dessa forma, de acordo com esse autor, as teorias e técnicas ensinadas, por exemplo, no nível de graduação nessas instituições estariam dentro do que se poderia chamar *mainstream*. Poderíamos dizer, então, que no sentido defendido por Dequech (2007), o *mainstream* compreende as teorias, técnicas e temas de fronteira da

pesquisa presentes entre a elite da profissão e, em adição a isso, aquilo que as instituições mais prestigiadas ensinam em seus níveis mais básicos.

A nosso ver, abranger os rudimentos a partir dos quais, em geral, os desenvolvimentos da fronteira partem é importante, mesmo que seja para desafiá-los. Como Colander, Holt e Rosser Jr. (2004, p. 488–489) admitem, as mudanças na fronteira não são súbitas, mas graduais. Assim, o ensino básico da ciência econômica continua repassando os princípios básicos que também devem fazer parte do *mainstream*, enquanto na fronteira algumas ideias podem estar em contradição com esses mesmos princípios. Aliás, essas ideias na fronteira podem ou não entrar definitivamente para o cânone mais básico, todavia a partir de um processo longo. Adicionalmente, Dequech (2007, p. 281–282) inclui na definição de *mainstream* os professores e/ou pesquisadores que, apesar de não estarem em uma escola que faça parte do círculo de elite da profissão, ensinam ou realizam pesquisas dentro das ideias do *mainstream*.

Por seu turno, o conceito de ortodoxia envolve o que seria “[...] a escola mais recente de pensamento dominante” (Colander et al. 2004, p.490). Dessa maneira, a definição de ortodoxia seria não primordialmente social, isto é, referida às instituições e a seus praticantes, mas intelectual. Isso porque ela tem como fonte um conjunto mínimo de ideias, não um grupo de instituições e indivíduos. Tanto para Dequech (2007) como para Colander, Holt e Rosser Jr. (2004) a “economia neoclássica” seria ortodoxia. Na opinião de Dequech (2007, p.282), o neoclassicismo compreende a combinação das seguintes características: (1) ênfase na racionalidade e uso da maximização como critério para essa racionalidade; (2) ênfase em equilíbrios; e (3) a não utilização de conceitos de incerteza forte. Já a definição de Colander, Holt e Rosser Jr. (2004, p. 490–491) é praticamente igual, embora esses últimos confiram à aceção um caráter mais histórico, afirmando que

Value and Capital (1939), de John Hicks, e *Foundations of Economic Analysis* (1947), de Paul Samuelson, foram a culminação desse tipo de Economia.

Finalmente, sobre *mainstream* e ortodoxia, é possível dizer que o neoclassicismo é parte importante do primeiro, embora aquele contenha ideias de fronteira que por vezes persigam desenvolvimentos que se opõem aos dessa escola⁶. Entre essas perspectivas pertencentes ao *mainstream*, mas não propriamente neoclássicas estariam partes do novo-institucionalismo, a economia comportamental, algumas proposições da economia dos custos de transação, os estudos de economia e complexidade e a teoria dos jogos evolucionários, entre outras (Dequech 2007, p. 286; Colander, Holt e Rosser Jr. 2004, p. 496).

Na verdade, as duas referências que estamos usando para definir *mainstream* notam que a unidade desse conjunto de ideias diz muito mais respeito à maneira de se construir a pesquisa em Economia, isto é, ao método, do que às teorias em si mesmas. De acordo com Dequech (2007, p.288 e ss.), a ênfase na formalização matemática, ou mais do que isso, na necessidade dela seria a grande semelhança que realmente estaria presente em todo o *mainstream*⁷. Colander, Holt e Rosser Jr. (2004, p.493), notando que o *mainstream* é aberto a novas ideias, mas não a novas metodologias, afirmam sobre a visão da elite da disciplina: “*If it isn’t modeled, it isn’t economics, no matter how insightful.*” Seguindo essas modelagens matemáticas, há a aplicação de técnicas empíricas que combinem com tal abordagem.

⁶ Dequech (2007, p.285) afirma que essa sua definição de *mainstream* vale para o período que se abre a partir da década de 1990. Entretanto, a segunda metade da década anterior já poderia ser incluída nessa definição.

⁷ O autor nota que existem exceções, tais como, por exemplo, o trabalho do laureado com o Nobel Douglass North, mas elas são raras (Dequech, 2007, p. 290).

Sobre a heterodoxia, podemos defini-la de dois modos diferentes. Primeiro, negativamente, em oposição à ortodoxia ou ao *mainstream* ou, ainda, a ambos. Segundo, positivamente, definindo os programas de pesquisa em Economia cujos princípios e metodologia são expressamente diversos do *mainstream*. Tanto Dequech (2007) como Colander, Holt e Rosser Jr. (2004) parecem preferir, na atualidade, a definição de oposição para a heterodoxia, ao menos para considerá-la em conjunto. Não identificam, como fazem, por exemplo, Lee (2011), Lawson (2006) e Dow (2004), traços comuns entre as abordagens heterodoxas na atualidade. Nossa visão é que, para efeito deste trabalho, mesmo que não existam traços comuns entre si, o fato é que economistas marxistas, pós-keynesianos, evolucionários, austríacos, institucionalistas originais, estruturalistas, entre outros têm seus programas de pesquisa com dinâmica própria. Esses assim nominados programas de pesquisa estão traduzidos em periódicos especializados, associações, redes de pesquisadores, disciplinas de programas de pós-graduação e graduação, livros-texto, etc., que são justamente elementos definidores dessas dinâmicas científicas específicas. É claro que, embora persigam essa agenda positiva, os economistas que trabalham dentro dessas perspectivas devotam sim boa parte de sua prática à crítica do *mainstream*; o que não poderia ser diferente, uma vez que há uma elite dominante que os marginaliza dentro da profissão. Porém, é importante observar que existe uma heterodoxia que se opõe ao *mainstream*, tanto institucionalmente quanto no campo das ideias⁸.

Se o acima é o cenário da academia principalmente norte-americana e, colateralmente, europeia, mais recentemente Dequech (2014) buscou aplicar seu conceito

⁸ Esses conceitos de *mainstream* e ortodoxia, como discutidos pelos autores referidos acima, procuram ser definições para o todo da ciência econômica, o que lhes dá um caráter mais metodológico. No estudo da economia brasileira, por exemplo, é bastante comum ligar as categorias de ortodoxia e heterodoxia às políticas de combate à inflação. Esses usos são encontrados, por exemplo, em Giambiagi et al. (2011), Fonseca (2010), Andrade, Mollo e Silva (1998).

de *mainstream* para o caso brasileiro. Para tanto, ele conduziu uma pesquisa empírica que estendeu, generalizou e aprofundou estudos anteriores sobre a academia brasileira em Economia, resultando na conclusão de que o *mainstream* internacional, como caracterizado acima, difere bastante do que seria o *mainstream* nacional. Trabalhos como o de Anuatti Neto (1997), Prado (2001) e Versiani (2007) já apontavam para o pluralismo da academia brasileira, no sentido de que além da existência de importantes escolas que buscam mimetizar o *mainstream* internacional, existem outras onde a educação e a pesquisa em Economia é, em graus variados, diversa da lecionada nesses centros internacionais.

Dequech (2014) demonstra sua tese analisando a educação em nível de pós-graduação, a classificação das revistas especializadas no Qualis-Capes da área de Economia, a concessão do prêmio acadêmico da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia, o conteúdo dos periódicos publicados nacionalmente e a orientação teórico-metodológica dos bolsistas de produtividade em pesquisa nível 1 do CNPq. O que ele conclui é que em todas essas instâncias a presença dos programas de pesquisa alternativos ao *mainstream* internacional é, no mínimo, significativa. Existem no país, como afirmado acima, importantes programas de pós-graduação, centros de pesquisa e pesquisadores em sintonia com o *mainstream* internacional. Entretanto, o cenário geral, digamos, é de um pluralismo muito maior do que o visto naqueles grandes centros do exterior. Sendo assim, o autor reitera a constatação sobre o pluralismo existente na academia brasileira destacado por Franco (1992 *apud* Dequech 2014) e conclui: “[...] o que se passa no Brasil é, portanto, bastante distinto do que ocorre nos Estados Unidos e em alguns outros países desenvolvidos. Pode ser que isso mude com o

tempo, mas por enquanto continua sendo assim e não há sinais claros de qualquer tendência de mudança no sentido da redução do pluralismo” (Dequech, 2014, p.11).

Em vista das definições acima, consideramos que o estudo dos *backgrounds* educacionais dos diretores do BCB apresentado aqui deve levar em consideração o cenário da academia brasileira. Isso é importante porque os decisores políticos, ao escolher os diretores, podem elegê-los a partir de um *pool* de credenciais acadêmicas que são diversas daquelas geralmente encontradas no *mainstream* internacional. Para retratar esse cenário diferenciado e o *pool* de *backgrounds* educacionais a partir dos quais os diretores do BCB são escolhidos no Brasil, vamos separar os tipos de escolas que estudamos em dois tipos.

De um lado, está a educação/formação intelectual nas escolas pertencentes ao *mainstream* da Economia. Nessas instituições mais prestigiadas mundialmente, em geral há sempre um núcleo básico de disciplinas de caráter neoclássico. Em especial para o período de formação da maioria dos diretores que fizeram seus doutorados em Economia no exterior – as décadas de 1980 e 1990 – vale, sem dúvida, a grande homogeneidade do núcleo básico de educação neoclássica relatado por Hansen (1991, pp.1062–1063)⁹. Ainda, dentro desse primeiro tipo, as disciplinas e a pesquisa que seguem o núcleo básico de formação apoiam-se ou no mesmo paradigma neoclássico, ou no que se chamou acima de *mainstream*. No Brasil, as escolas que seguem com excelência esse padrão e que formaram diretores que se encontram entre os analisados são a PUC-RJ e a FGV-RJ.

De outro lado, há um tipo de educação diverso, principalmente entre algumas escolas de Economia brasileiras importantes que, em geral, inclui esse núcleo básico de

⁹ Dez dos 14 diretores com doutorado concluído nos EUA o fizeram entre 1986 e 2000. As outras datas são 1972, 1976, 1978 e 1979. Para a lista de universidades ver Tabela 5, adiante.

disciplinas de caráter neoclássico mas, em sequência, oferece uma variedade de oportunidades de escolha de cursos e pesquisas calcadas em diferentes perspectivas teóricas fora do *mainstream* internacional¹⁰. Em algumas escolas brasileiras, a educação, mesmo a básica, é predominantemente heterodoxa – como no importante Instituto de Economia da Unicamp e, em menor grau, no Instituto de Economia da UFRJ (Lessa & Earp 2007)¹¹. Embora a primeira não tenha formado nenhum dos diretores estudados, a maior parte dos que se graduaram em Economia concluíram seus cursos na UFRJ (ver Tabela 6). Quanto à USP, Dequech (2014, p.5) nota que a existência de duas áreas de concentração no seu programa de pós-graduação em Economia assinala, ao menos em parte, a pluralidade de seu ensino. Ao mesmo tempo, Prado (2001), que por anos foi um destacado professor do departamento, fez questão de afirmar a esse mesmo pluralismo, assim como fizeram Garófalo e Rizzieri (2007).

O Quadro 1 classifica as instituições nas quais os diretores do BCB no período considerado realizaram seus estudos em Economia em *mainstream* e não-*mainstream*. O nome *mainstream* indica que a instituição tem orientação de acordo com as definições de Dequech (2007), ou seja, pertencente ao *mainstream* internacional. A indicação de não-*mainstream*, preferível a heterodoxa ou “plural”, é empregada aqui porque acreditamos que a classificação das escolas de Economia desse segundo tipo mereceria um estudo mais detalhado, o que não é nosso objetivo.

¹⁰ As pesquisas ditas fora do *mainstream* tradicional são, em geral, dentro dos paradigmas comumente definidos como heterodoxos, tais como o pós-keynesianismo, a economia evolucionária, o institucionalismo original e o marxismo.

¹¹ Hansen (1991, p.1062) assinala que existem algumas escolas de pós-graduação nos Estados Unidos com orientação fora do *mainstream*. Seus exemplos são a *The New School for Social Research* e a Universidade de Massachusetts em Amherst. Poderíamos adicionar a Universidade do Missouri em Kansas City aos exemplos de Hansen. Para uma lista mundial e extensa dos programas que os próprios economistas heterodoxos norteamericanos consideram como ofertantes substanciais de disciplinas e oportunidades de pesquisa fora do *mainstream*, ver Jo (2013).

Quadro 1. Síntese da classificação das instituições universitárias dos dirigentes do BCB

Formação <i>mainstream</i>	Formação <i>não-mainstream</i>
Berkeley	UFRJ
Harvard	USP
Universidade de Illinois	UnB
Princeton	UERJ
MIT	UFMG
Stanford	UniCEUB
FGV-RJ	PUC-MG
PUC-RJ	
Oxford	

Fonte: os autores

3.2. *Os backgrounds educacionais dos diretores do BCB*

Abaixo mostramos um dado síntese sobre titulação escolar. Tomamos todos os 39 diretores do Banco Central analisados e categorizamos sua formação superior mais alta. Foram consideradas apenas as formações que chamamos, no Brasil, de *stricto sensu*. Caso o diretor possuísse formação em Economia, classificamos sua formação em *mainstream* ou *não-mainstream* – formações que não são em Economia foram classificadas como *não-mainstream*. Nota-se que, nesse sentido, não há um desequilíbrio nesse universo em favor da formação *mainstream*.

Tabela4. Diretores do BCB conforme background educacional

		Todos diretores	
		frequência	porcentual
formação econômica <i>mainstream</i>	Sim	19	48,7
	Não	20	51,3
Total		39	100

Fonte: Os autores

Tratando dos diretores com doutoramento exclusivamente em economia, dos 39 nomes analisados, 19 completaram cursos de doutorado e 18 deles nessa especialidade. A Tabela 5 mostra as instituições universitárias, o número e o percentual de diretores que

obtiveram seus doutorados em cada uma delas. Trata-se agora de discutir a classificação das instituições de doutoramento.

Quanto às instituições norte-americanas, origem da formação de dois terços dos diretores-doutores, a classificação como *mainstream* ou não-*mainstream* inicia-se pela checagem das colocações de seus departamentos de Economia nos *rankings* acadêmicos. Nesse sentido, uma pesquisa bastante abrangente é a de Coupé (2003), a qual procura superar limitações de investigações anteriores, além de ser elaborada a partir de dados de um período que interessa para nosso estudo (1990-2000) e repetir, com sua base, a metodologia de Hirsch et al. (1984 apud Coupé, 2003), para comparar seus resultados com o período 1978-1982¹².

A conclusões de Coupé (2003) colocam Harvard, MIT, Stanford, Berkeley e Princeton no núcleo duro do *mainstream* internacional, pois tanto na comparação intertemporal com o *ranking* de Hirsch et al. (1984), bem como nos dois principais critérios utilizados pelo autor, essas instituições permanecem entre as quinze mais bem colocadas. O Departamento de Economia da Universidade de Illinois, Urbana-Champaign (UIUC), embora não esteja tão bem ranqueado, fica próximo, localizando-se entre os 30 primeiros, tanto para os dados de Coupé (2003), quanto para o do estudo com o qual ele faz a comparação intertemporal.

¹² Hansen (1991) só estudou programas de pós-graduação norte-americanos.

Tabela 5. Distribuição dos diretores do Banco Central do Brasil com doutorado por países de origem e universidades

	n	%
Estados Unidos		
Berkeley ¹³	6	31,6
Harvard	2	10,5
Universidade de Illinois, Urbana Champaign	2	10,5
Princeton	2	10,5
Massachusetts Institute of Technology	1	5,3
Stanford	1	5,3
Subtotal	14	73,7
Brasil		
Fundação Getúlio Vargas – Rio de Janeiro	1	5,3
Universidade de São Paulo	1	5,3
Universidade Federal de Minas Gerais	1	5,3
Subtotal	3	15,9
Europa		
Oxford	1	5,3
Paris 1 Panthéon-Sorbonne	1	5,3
Subtotal	2	10,6
Total	19	100,0

Fonte: os autores

No já citado relato de Hansen (1991), os programas de pós-graduação são divididos em estratos de qualidade. Entre os 92 programas classificados, Harvard, MIT, Princeton e Stanford ficaram no primeiro, entre os 5 estratos, enquanto Berkeley se situou no segundo e, finalmente, UIUC no terceiro¹⁴. Finalmente, mesmo observando-se *rankings* atuais, tais resultados são bastante estáveis. Entre os departamentos de Economia das seis instituições norte-americanas citadas, apenas o da UIUC não está entre os dez primeiros departamentos no *ranking* do *website* EconPhD.net, embora esteja na 53ª colocação entre 223 instituições (econphd.net, 2004). O *ranking* do *website* toma dados de publicações entre 1993 e 2003 (o *ranking* escolhido, uma vez que o *website* os divide entre subdisciplinas, foi o de macroeconomia, pois é a área mais afim das atividades do Banco Central). No *ranking* do *website* Ideas – um *ranking* atualizado

¹³ Um dos doutoramentos pela Universidade de Berkeley é em Planejamento Urbano e Economia.

¹⁴ A distribuição entre os estratos é propositadamente desigual, enquanto o primeiro estrato contém apenas 6 programas, o segundo 9 e o terceiro 15, os outros concentram o restante dos 92 programas analisados.

mensalmente –, novamente, apenas a UIUC não aparece entre os dez primeiros (está na 97ª colocação, entre 249) (Ideas, 2015).¹⁵

Assim sendo, reforça-se a conclusão de que tais departamentos são pertencentes e, mais do que isso, formadores do núcleo duro do *mainstream* internacional. E o próprio trabalho de Coupé (2003, p.1337) conclui peremptoriamente sobre a dominância norte-americana na ciência econômica. E quanto aos departamentos europeus onde dois diretores se titularam?

A Universidade de Oxford está muito bem colocada no *ranking* de Coupé (2003), uma vez que ela permanece entre as 30 primeiras posições em todos os critérios. Já no atual *ranking* do *website* Ideas (2015), seu departamento está situado na notória quinta posição. Importantes também para concluir pelo pertencimento desse destacado departamento britânico ao *mainstream* é o estudo de Lee (2007). Nele, Lee (2007) mostra como as exigências de desempenho de publicação em periódicos com altos fatores de impacto – ao estilo dos departamentos norte-americanos – geraram um processo relativamente rápido de expurgo dos departamentos britânicos da pesquisa, das disciplinas e dos economistas mais radicalmente não alinhados com o *mainstream*.

Quanto ao Departamento de Economia da Universidade Paris I - Panthéon-Sorbonne, as conclusões são mais difíceis. Nos dados de Coupé (2003) ela aparece em 107º, atrás, por exemplo, da Universidade de Massachusetts em Amherst, citada por Hansen (1991) como um caso de departamento fora do *mainstream*. Também não encontramos dados para os cursos ministrados no tempo em que o diretor referido lá se formou (1984). Como esse departamento não está tão bem ranqueado quanto os outros e

¹⁵ Os *rankings* de Hansen (1991), Coupé (2003) e Hirsch et al. (1984) são os principais utilizados aqui porque os anos de doutoramento dos diretores analisados se concentram principalmente nos períodos das bases de dados utilizadas para a elaboração desses *rankings*.

tampouco encontramos evidências fortes sobre sua orientação *mainstream*, preferimos classificá-lo como não-*mainstream*. Uma análise das disciplinas atualmente oferecidas na pós-graduação apontaria no sentido contrário, muito embora uma delas seja história do pensamento econômico, algo incomum nos departamentos do *mainstream*.

Entre os doutoramentos obtidos em programas de pós-graduação em departamentos de ensino brasileiros, a classificação já foi aludida na seção anterior. Apenas é de interesse anotar aqui que a Escola de Pós-Graduação em Economia da FGV-RJ nasce exatamente com o intuito de ofertar cursos de economia com o estilo norte-americano. Primeiro, o objetivo era treinar os economistas brasileiros para ingressar em pós-graduações norte-americanas; depois, inauguram o curso de pós-graduação propriamente dito, sempre com orientação de alinhar-se com a produção do *mainstream* internacional, ou melhor, norte-americano (Versiani 2007, p.244; Kafka 1979).

Embora seja a formação de doutoramento a mais importante, pois é nela que o economista vai travar contato com os conhecimentos mais avançados sobre os quais (supostamente) apoiará suas decisões, é interessante avaliar sinteticamente a formação de graduação dos mesmos – inclusive porque nem todos obtiveram o grau de doutor.

A Tabela 6 traz as informações a respeito das formações de graduação dos diretores que estudaram Economia nessa etapa de ensino. Chama nossa atenção o fato de que mais da metade dos diplomas foi obtido em duas instituições cariocas, a UFRJ e a PUC-RJ. E, ao contrário do cenário que se apresenta para os doutoramentos, apenas duas graduações foram realizadas no exterior.

Afirmar que a orientação de uma graduação se dá no sentido do *mainstream* internacional é mais difícil. Isso porque o elenco de disciplinas é muito mais amplo: conforme a legislação brasileira, os cursos de bacharelado requerem uma variedade

bastante grande de disciplinas que são obrigatórias. Embora isso, não seria desarrazoado considerar, ainda, a PUC-RJ como um curso mesmo em nível de graduação alinhado com o *mainstream* internacional. Do mesmo modo, a UFRJ estaria entre os que classificariamos como não-*mainstream*, em conjunto com a USP, pelas razões apontadas acima.

Tabela 6. Instituições de ensino de graduação em Economia dos diretores do BCB

	n	%
Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ	7	30,4
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro - PUC-Rio	5	21,7
Universidade de Brasília – UnB	3	13,0
Universidade de São Paulo – USP	2	8,7
outras		
universidades públicas (Brasil)	2	8,6
universidades privadas (Brasil)	2	8,6
universidades no exterior ¹⁶	2	8,6
Total	23	100,0

Fonte: os autores

Quanto à Universidade de Brasília, as informações são mais escassas. Entretanto, não seria exagerado admitir que a educação lecionada no Departamento de Economia daquela universidade é predominantemente *mainstream*, mas com a presença também de oportunidades de pesquisa em campos da Economia heterodoxa¹⁷. Nosso parecer nesse sentido apoia-se em uma breve pesquisa a respeito da presença de economistas de corte heterodoxo entre o corpo docente da instituição. Destaca-se, especialmente, o professor Joãnílio Rodolpho Teixeira, pesquisador bolsista de produtividade em pesquisa nível 1A do CNPq, especialista em macroeconomia pós-keynesiana e membro do departamento desde 1977. Da mesma forma, a professora Maria de Lourdes Rollemberg Mollo,

¹⁶ Um dos diretores é graduado em Economia e Ciência Política pela Hebrew University of Jerusalem e em Economia pela UFRJ.

¹⁷ Os anos de graduação dos diretores formados na UnB são 1976, 1982 e 1984.

pesquisadora bolsista de produtividade em pesquisa nível 1B do CNPq, com trabalhos de matiz heterodoxo, leciona naquela instituição desde 1981¹⁸. A contratação desses professores no final da década de 1970 e início dos anos 1980, bem como a continuidade da contratação de outros professores que atuam até hoje e que esposam perspectivas heterodoxas são um sinal de, ainda que, repitamos, o *mainstream* seja dominante naquele departamento, ele não é totalmente fechado. Desse modo, ele foi classificado como não-*mainstream*.

Para as escolas que formaram apenas um dos diretores, adotamos a categorização de não-*mainstream* para: UFMG, PUC-MG, UniCEUB de Brasília e École des Hautes Etudes Commerciales.

Finalmente, para encerrar nossos comentários sobre as instituições de ensino, façamos uma observação que consideramos fundamental para compreender o porquê de tomarmos a formação mais alta como caracterizador *fundamental* do *background* intelectual como *mainstream* ou não-*mainstream*. Ao analisar as formações cruzadas entre instituições *mainstream* e não-*mainstream*, considerando que os diretores podem ter realizado suas graduações, por exemplo, em um departamento não-*mainstream* e, depois, migrado para um mestrado ou doutorado em uma instituição *mainstream*, um resultado fica claro. Entre os 19 mestres e doutores em economia, 11 passaram de instituições não-*mainstream* para *mainstream*. Apenas três fizeram suas formações somente em instituições não-*mainstream* e quatro inteiramente em departamentos *mainstream*.

Desse modo, o mais comum é que os economistas iniciem suas formações em boas instituições públicas mais plurais, como a UFRJ, a USP e a UnB, e passem em seus estudos mais avançados para programas de pós-graduação conectados com o *mainstream*

¹⁸ As informações foram retiradas do *website* da instituição e dos currículos Lattes dos professores.

internacional. Então, a justificativa para adotarmos a formação mais alta como indicativo da orientação teórico-metodológica é que a escolha do centro de pós-graduação, feita em idade mais avançada e já com o cabedal rudimentar de conhecimento econômico fornecido pela graduação, constitui uma opção mais consciente do ponto de vista profissional e, até mesmo, político-ideológico.

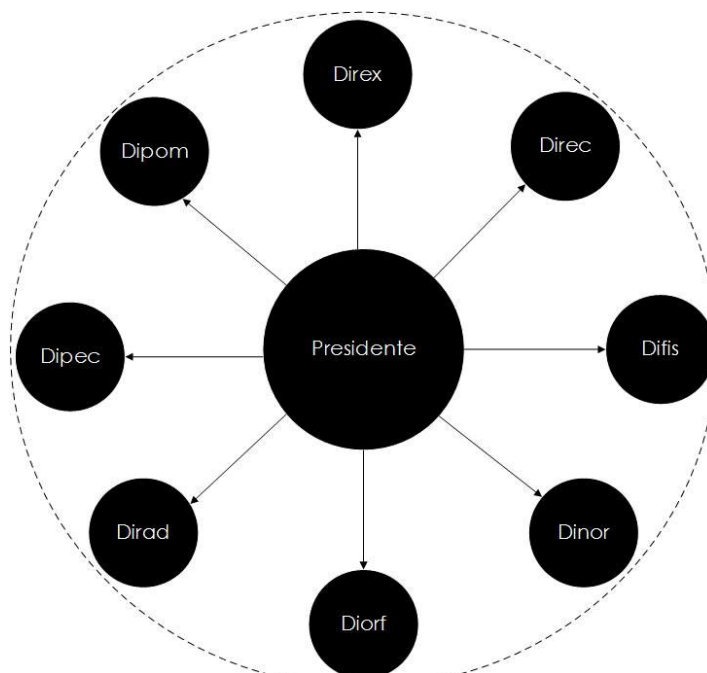
4. MAINSTREAMECONÔMICO E PODER

Há uma distribuição desigual de diretorias entre os dirigentes do Banco Central conforme suas respectivas formações econômicas? Há alguma concentração ou essa repartição segue uma lógica não ditada pelo cânone da disciplina?

Uma organização complexa como o Banco Central do Brasil possui diferentes níveis de decisão e centros de poder. Quando criado em 1964 (Lei nº 4.595) foi definido que sua estrutura seria composta por quatro comandantes (um presidente e três diretores). Ao longo de sua história institucional houve uma série de variações no número de diretorias (aumentaram), fusões de competências, trocas de siglas e rearranjos segundo necessidades internas e externas¹⁹. Atualmente, o Banco Central do Brasil está organizado em torno de uma presidência e de oito diretorias, como se pode ver na Figura 2.

¹⁹ Várias diretorias foram criadas e extintas, tal como a da Dívida Pública, criada em 1980 e fundida com a Bancária (posteriormente denominada de diretoria de Política Monetária) em 1990. Todas essas mudanças podem ser vistas de forma sistemática no documento “Síntese das mudanças ocorridas na composição da diretoria, do Banco Central do Brasil” no link <http://www.bcb.gov.br/pre/historia/sintese_mud_estrutura.pdf>.

Figura 2. Organograma do Banco Central do Brasil: diretorias e presidência



Fonte: Banco Central do Brasil

As diretorias são: de Administração (Dirad), de Política Econômica (Dipec), de Política Monetária (Dipom), de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos (Direx), de Relacionamento Institucional e Cidadania (Direc), de Fiscalização (Difis), de Regulação (Dinor) e de Organização do Sistema Financeiro e Controle de Operações do Crédito Rural (Diorf). Cada uma delas reúne órgãos de informação, assessoramento e execução. São os “departamentos”, abaixo das diretorias. Há 28 departamentos no Banco Central do Brasil²⁰.

Consideramos neste estudo as seguintes divisões responsáveis pela política econômica, já que reúnem e manejam instrumentos essenciais: Dipec, Dipom e Direx²¹.

²⁰ Para uma visão do seu organograma com todos os aparelhos, ver <http://www.bcb.gov.br/?ORGANOGRAMA> Acesso: em 14 de dezembro de 2014.

²¹ Para uma lista completa das funções e das responsabilidades de cada diretoria, ver o regimento interno do BCB: http://www.bcb.gov.br/Adm/RegimentoInterno/RegimentoInterno_2015.pdf. Acesso em 8 de abril de 2015.

O diretor de Assuntos Internacionais e de Gestão de Riscos Corporativos tem como atribuição “I. coordenar a avaliação da conjuntura internacional e dos seus possíveis desdobramentos; II. definir e validar as diretrizes referentes às negociações envolvendo serviços financeiros e investimentos; [...]; IV. articular, quando necessário, as posições a serem defendidas pelo Banco Central em fóruns e organismos internacionais”. O diretor de Política Monetária deve: “I. acompanhar a evolução dos agregados monetários do País e atuar no sentido do ajustamento da liquidez monetária e financeira aos objetivos da política econômica e a obtenção da estabilidade de preços; II. administrar a aplicação dos instrumentos de política monetária e de outros mecanismos colocados sob a sua supervisão; III. apresentar, nas reuniões do Copom, sugestões sobre as diretrizes de política monetária e proposta para a definição da meta para a Taxa Selic [...]”, dentre outras atribuições. Por fim, o Diretor de Política Econômica tem de “I. coordenar os estudos e o desenvolvimento dos modelos necessários ao regime de metas para a inflação; II. coordenar: a) o acompanhamento, o aperfeiçoamento e a publicação dos dados macroeconômicos nas áreas externa, monetária, fiscal e de juros e spread bancário; b) a elaboração do Relatório de Inflação; [...] d) a elaboração da Programação Monetária, trimestral; [...] g) as atividades de relacionamento com investidores; [...] III. avaliar a situação econômica geral do País e propor à Diretoria Colegiada diretrizes de política econômica com vistas à deliberação e ao estabelecimento de normas sobre a matéria”²².

No caso dessas diretorias, o desequilíbrio em favor dos economistas de formação *mainstream* é bastante grande – 15 dos 20 diretores do período sejam do PT, sejam do

²² Portaria N° 84.287, de 27 de fevereiro de 2015 (Regimento Interno do Banco Central do Brasil), pp. 20, 27-28, 26-27, respectivamente. <http://www.bcb.gov.br/Adm/RegimentoInterno/RegimentoInterno_2015.pdf> Acesso em 8 de abril de 2015.

PSDB, que comandaram essas divisões possuem esse *background*, como pode ser visto na Tabela 7.

Tabela 7. Distribuição dos diretores do BCB por diretorias de política econômica conforme a sua formação no *mainstream* da disciplina

	diretoria de política econômica		Total	
	não	sim		
formação econômica	n	15	5	20
	%	75,0%	25,0%	100,0%
<i>mainstream</i>	n	4	15	19
	%	21,1%	78,9%	100,0%
Total	n	19	20	39
	%	48,7%	51,3%	100,0%

Phi valor = 0,539 Sig. Aprox. = 0,001

Fonte: os autores

Praticamente 80% daqueles que foram nomeados e serviram nos governos Cardoso, Lula e Dilma em diretorias fundamentais do BCB (“de política econômica”) foram formados em instituições que consideramos, segundo a definição proposta na seção 3 do artigo, pertencentes ao *mainstream* da Economia.

Para ilustrar melhor a magnitude empírica desse achado, fizemos um teste avaliando o risco de alguém do *mainstream* ser indicado para essa posição.

Tabela 8. Estimativa de risco de um indivíduo ocupar uma diretoria de política econômica no BCB tendo passado por escolas de Economia *mainstream*

	Valor	Intervalo de confiança 95%	
		Inferior	Superior
Odds Ratio for formação <i>mainstream</i> (não / sim)	11,250	2,518	50,265
para coorte diretoria de política econômica = não	3,563	1,439	8,822
para coorte diretoria política econômica = sim	,317	,143	,700
N de Casos Válidos	39		

Fonte: os autores

Ainda que as posições ocupadas por esses agentes não sejam, evidentemente, fixas, nem haja uma orientação política definida nesse sentido, há onze vezes mais chances de um indivíduo com formação de acordo com o cânone do *mainstream* internacional ir para uma diretoria de formulação de política econômica.

Por fim, nosso estudo constatou que há uma associação importante entre atributos. Como a Tabela 3 mostrou, 12 diretores vieram diretamente do “mercado” para o BCB. Desses, nove possuíam formação econômica no *mainstream* da disciplina; e desses nove, sete foram para diretorias encarregadas de elaboração de política econômica. Por outro lado, dos 20 que vieram do próprio “governo” (e, em geral, do próprio BCB), 17 possuíam formação não-*mainstream*. Todos eles foram para diretorias não incumbidas da política econômica.

As constatações acima versam sobre as formações e as origens profissionais dos diretores sem delas extrair consequências para o comportamento desses profissionais durante seus períodos de atuação no BCB. Uma extensão natural desse trabalho deve ser avaliar se a concentração da formação impacta nas opções de política, dado o leque de atuação, que é limitado pelo subtipo de diretoria, tomadas pelos referidos *policymakers*. Dentro disso, pensamos que há uma literatura relevante também dentro da área de metodologia da economia, mas com óbvias extensões para a macroeconomia e a economia monetária que busca sintetizar se existe um consenso dentro do *mainstream* nesses campos específicos da ciência econômica. Ainda, no Brasil, isso ganha especial relevância porque se o cenário da academia é diverso do *mainstream* internacional, ao observarmos um BCB dominado por *policymakers* com um tipo de formação específica, teremos uma dissonância entre o pensamento acadêmico e o dos ocupantes de postos-chave dessa importantíssima instituição da economia brasileira.

Referências

- Adolph, C., 2013. *Bankers, Bureaucrates, and Central Bank Politics: the Myth of Neutrality*, New York: Cambridge University Press.
- Albuquerque, C.P. de, 2008. *Os Bancos Centrais do Brasil e do Chile 1974-2005: um estudo comparado*. Brasília - DF, Brasil: Universidade de Brasília.
- Andrade, J.P. de, Mollo, M. de L.R. & Silva, M.L.F., 1998. Os programas de estabilização na América Latina: traços ortodoxos e heterodoxos. *Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política*, (2), pp.96–119.
- Anuatti Neto, F., 1997. Competição e complementaridade dos centros de pós-graduação em economia. In *50 anos de Ciência Econômica no Brasil (1946-1996): pensamento, instituições, depoimentos*. Petrópolis: Vozes, pp. 183–201.
- Colander, D., Holt, R. & Rosser, B., 2004. The Changing Face of Mainstream Economics. *Review of Political Economy*, 16(4), pp.485–499.
- Coupé, T. & Coupe, T., 2003. Revealed Performances: Worldwide Rankings of Economists and Economics Departments, 1990-2000. *Journal of the European Economic Association*, 1(6), pp.1309 –1345.
- Dequech, D., 2014. Aplicando o conceito de mainstream economics fora dos Estados Unidos e Europa: o caso do Brasil como um exemplo de pluralismo. In *4a Conferência da European Society for the History of Economic Thought Latin America (ESHET Latin America)*. Belo Horizonte, MG.
- Dequech, D., 2007. Neoclassical, Mainstream, Orthodox, and Heterodox Economics. *Journal of Post Keynesian Economics*, 30(2), pp.279–302.
- Dow, S.C., 2004. Structured pluralism. *Journal of Economic Methodology*, 11(3), pp.275–290.
- Farvaque, É., Hammadou, H. & Stanek, P., 2009. Select your Committee: The Impact of Central Bankers' Background on Inflation. *Economie internationale*, (117), pp.99–129.
- Fonseca, P.C.D., 2010. Nem ortodoxia nem populismo: o Segundo Governo Vargas e a economia brasileira. *Tempo*, 14(28), pp.19–58.
- Franco, G.H.B., 1992. Apresentação. In G. H. B. Franco, ed. *Cursos de Economia: catálogo de listas de leitura oferecidas em programas de pós-graduação em economia no Brasil*. ANPEC.
- Garófalo, G. de L. & Rizzieri, J.A.B., 2007. O Departamento de Economia da FEA/USP e o pensamento econômico brasileiro. In T. J. Szmrecsányi & F. da S. Coelho, eds.

- Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas de São Paulo.
- Giambiagi, F. et al. eds., 2011. *Economia brasileira contemporânea*, Rio de Janeiro: Campus/Elsevier.
- Göhlmann, S. & Vaubel, R., 2007. The Educational and Occupational Background of Central Bankers and Its Effect On Inflation: An Empirical Analysis. *European Economic Review*, 51(4), pp.925–941.
- Hansen, L., 1991. The education and training of economics doctorates: Major findings of the executive secretary of the American Economic Association's commission on graduate education in economics. *Journal of Economic Literature*, 29(3), pp.1054–1084.
- Hirsch, B.T. et al., 1984. Economics Departmental Rankings: Comment. *American Economic Review*, 74(4), pp.822–826.
- Jo, T.-H., 2013. *Informational Directory for Heterodox Economists. Graduate & Undergraduate Programs, Journals, Publishers & Book Series, Associations, Institutes, Blogs, and Other Websites* 5th ed.,
- Kafka, A., 1979. Dr. Gudin e o Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. In *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas.
- Lawson, T., 2006. The nature of heterodox economics. *Cambridge Journal of Economics*, 30(4), pp.483–505.
- Lebaron, F., 2010. European Central Bank Leaders in the Global Space of Central Bankers: A Geometric Data Analysis approach. *French Politics*, 8(3), pp.294–320.
- Lee, F.S., 2011. *A History of Heterodox Economics: Challenging the Mainstream in the twentieth century*, New York: Routledge.
- Lee, F.S., 2007. The Research Assessment Exercise, the State and the Dominance of Mainstream Economics in British Universities. *Cambridge Journal of Economics*, 31(2), pp.309–325.
- Lessa, C. & Earp, F.S., 2007. Mais Além do II PND: O Instituto de Economia da UFRJ. In T. Szmrecsányi & F. S. Coelho, eds. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas de São Paulo.
- Loureiro, M.R., 1992. Economistas e elites dirigentes no Brasil. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 7(20), pp.47–65.

- Loureiro, M.R., 1997. *Os economistas no governo: gestão econômica e democracia*, Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas.
- Novelli, J.M.N., 1999. *Burocracia, dirigentes estatais e idéias econômicas: o caso do Banco Central do Brasil (1965-1998)*. Campinas - SP, Brasil: Universidade Estadual de Campinas.
- Olivieri, C., 2007. Política, burocracia e redes sociais: as nomeações para o alto escalão do Banco Central do Brasil. *Revista de Sociologia e Política*, (29), pp.147–168.
- Prado, E.F.S., 2001. A ortodoxia neoclássica. *Estudos Avançados*, 15(41), pp.9–20.
- Raposo, E., 2011. *Banco Central do Brasil: o leviatã ibérico; uma interpretação do Brasil contemporâneo*, São Paulo: Hucitec; PUC-Rio.
- Sola, L., Garman, C. & Marques, M., 2002. Banco Central, autoridade política e governabilidade democrática. In *Banco Central: autoridade política e democratização: um equilíbrio delicado*. Rio de Janeiro: Editora FGV, pp. 113–159.
- Versiani, F., 2007. Intercâmbio, verbas e pluralismo: a ANPEC na evolução do ensino e da pesquisa em economia no Brasil. In T. Szmrecsányi & F. S. Coelho, eds. *Ensaio de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Atlas/Ordem dos Economistas de São Paulo.

Outras fontes

- Banco Central do Brasil, *sítio eletrônico*, acessado em 08/04/2015, <http://www.bcb.gov.br/pt-br/paginas/default.aspx>
- Econphd.net 2004, *Rankings. Macroeconomics*, acessado em 17/01/2015, <http://econphd.econwiki.com/rank/rmacro.htm>
- Ideas 2014, *Top 25% Economics Departments, as of December 2014*, acessado em 18/01/2015, <https://ideas.repec.org/top/top.econdept.html>
- Parente, S., 2012. *Macroeconomic Theory Econ 503*, Course Syllabus, acessado em 17/01/2015, Department of Economics, University of Illinois at Urbana-Champaign. <http://publish.illinois.edu/parente/courses/econ503/>
- University of Oxford 2015, *Department of Economics*, acessado em 18/01/2015, <http://www.economics.ox.ac.uk/>